

## **ÁGUAS DO ALGARVE, SA**

**SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE  
SANEAMENTO DO ALGARVE**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA “GESTÃO DE PROJETOS E DE  
EMPREENDIMENTOS DE ENGENHARIA – LOTES 1, 2, 3 e 4”**

(REF.<sup>a</sup> DGA-EO.CP-AS-03/2023)

# **CADERNO DE ENCARGOS**

## **CONCURSO PÚBLICO**

Maio de 2023

## CONCURSO PÚBLICO

### AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA “GESTÃO DE PROJETOS E DE EMPREENHIMENTOS DE ENGENHARIA – LOTES 1, 2, 3 e 4”

#### ÍNDICE

Artigo 1.	Objeto.....	3
Artigo 2.	Contrato.....	3
Artigo 3.	Prazo.....	4
Artigo 4.	Obrigações Principais do Adjudicatário .....	5
Artigo 5.	Local da prestação de serviços.....	6
Artigo 6.	Horário e Forma da prestação de serviços (comum aos quatro Lotes) .....	6
Artigo 7.	Prestação de Serviços (comum aos quatro lotes) .....	7
Artigo 8.	Objeto do dever de sigilo.....	10
Artigo 9.	Tratamento de dados pessoais.....	11
Artigo 10.	Conservação de dados pessoais .....	12
Artigo 11.	Transferência de dados pessoais.....	13
Artigo 12.	Preço contratual e Preço base.....	13
Artigo 13.	Condições de pagamento.....	14
Artigo 14.	Penalidades contratuais.....	15
Artigo 15.	Força maior .....	16
Artigo 16.	Resolução por parte da AdA.....	17
Artigo 17.	Resolução por parte do Adjudicatário.....	17
Artigo 18.	Caução .....	18
Artigo 19.	Seguros.....	18
Artigo 20.	Foro competente.....	20
Artigo 21.	Subcontratação e cessão da posição contratual .....	20
Artigo 22.	Comunicações e notificações .....	20
Artigo 23.	Contagem dos prazos .....	20
Artigo 24.	Legislação aplicável.....	20
<b>ANEXOS .....</b>		<b>21</b>
<b>ANEXO I LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA ESQUEMÁTICA DAS INFRAESTRUTURAS .....</b>		<b>22</b>
<b>ANEXO II CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES .....</b>		<b>24</b>

## **Artigo 1.**

### **Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar cujo objeto consiste na prestação, pelo Adjudicatário, de serviços de “*Gestão de Projetos e de Empreendimentos de Engenharia – Lotes 1, 2, 3 e 4*”, de acordo com o **Anexo I** constantes no presente Caderno de Encargos, conforme abaixo se indica:
  - a) **Lote 1** – Gestão de Projetos e Empreendimentos de Engenharia inseridos no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) – Submedida SM4 – Promover a utilização da Água Residual tratada para a reutilização (ApR)
  - b) **Lote 2** – Gestão de Projetos e Empreendimentos de Engenharia inseridos no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) – Submedida SM5 - Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes, reforçar novas origens de Água
  - c) **Lote 3** – Gestão de Projetos e Empreendimentos de Engenharia inseridos no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) – Submedida SM6 - Promover a Dessalinização da Água do Mar
  - d) **Lote 4** – Gestão de Projetos e Empreendimentos de Engenharia inseridos no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) – Submedidas SM4, SM5 e SM6;
2. Para a execução da presente prestação de serviços, o adjudicatário deverá afetar os seguintes recursos humanos:
  - a) **Lote 1** - Um Técnico Superior de Engenharia Civil;
  - b) **Lote 2** - Um Técnico Superior de Engenharia Civil
  - c) **Lote 3** - Um Técnico Superior de Engenharia Civil
  - d) **Lote 4** - Um Técnico Superior de Engenharia Eletrotécnica;
3. Os serviços serão desenvolvidos nas instalações da Águas do Algarve, S.A. (AdA) e na área territorial correspondente ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (SMAASA).
4. CPV - Objeto principal: 71318000-0 -Serviços de consultoria e assessoria em matéria de engenharia

## **Artigo 2.**

### **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e anexos.
2. O contrato integra os seguintes elementos:

- a) O clausulado contratual
  - b) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
  - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - d) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
  - e) A proposta;
  - f) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo prestador de serviços;
3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
4. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

### **Artigo 3.**

#### **Prazo**

- 1. O prazo de duração do contrato a celebrar é de 36 (trinta e seis) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurarem para além da cessação do contrato.
- 2. O prazo de execução do contrato inicia-se com a outorga do mesmo.
- 3. As partes poderão denunciar o presente contrato para o termo do prazo ou para o termo de cada uma das suas renovações, através de carta registada, remetida com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência, em relação ao termo do contrato ou de cada uma das suas renovações, sem necessidade de invocação de justa causa.
- 4. A denúncia do contrato não confere direito a qualquer indemnização.
- 5. O prazo de duração do contrato é contínuo, nele se incluindo fins-de-semana e feriados.

## **Artigo 4.**

### **Obrigações Principais do Adjudicatário**

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais as seguintes:
- a) O adjudicatário fica obrigado a afetar, à execução da presente prestação de serviços, e por Lote, um técnico superior de gestão de projetos e empreendimentos, com as habilitações académicas e profissionais definidas no número 8 da cláusula 7.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, por um período correspondente a 40 horas por semana.
  - b) O adjudicatário terá direito a 22 dias úteis para gozo de férias a acordar com a entidade adjudicante, por períodos não superiores a 10 dias uteis consecutivos;
  - c) Na execução da presente prestação de serviços o adjudicatário obriga-se a respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre salários mínimos, horários de trabalho, segurança e saúde no trabalho, ambiente e responsabilidade social, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;
  - d) O adjudicatário obriga-se a executar a Prestação de Serviço que lhe for adjudicada, cumprindo as Cláusulas do Caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
  - e) O adjudicatário obriga-se a Garantir o sigilo quanto à informação a que tiver acesso na execução da prestação de serviços;
  - f) O adjudicatário obriga-se a Prestar as informações que forem solicitadas pela AdA;
  - g) O adjudicatário obriga-se a cumprir e garantir o cumprimento do disposto no Regulamento dos Fornecedores e apresentar todos os documentos que a AdA vier a solicitar, nomeadamente os constantes no Anexo I do mesmo regulamento e que sejam aplicáveis ao presente serviço.
  - h) O adjudicatário é responsável pela correta utilização das instalações e equipamentos que lhe forem confiados, sendo-lhe vedado dar uso diferente do que lhes é devido.
  - i) No termo do contrato o adjudicatário obriga-se a devolver os bens que lhe tenham sido confiados, em perfeito estado de utilização.
  - j) O adjudicatário obriga-se a prestar informações semanalmente ao Gestor de Contrato através de relatório detalhado da execução dos trabalhos.

2. O adjudicatário é responsável perante a AdA por qualquer incumprimento do contrato de prestação de serviços a celebrar e até ao seu termo.
3. À AdA fica reservado o direito de fiscalizar e controlar a qualidade da prestação dos serviços, determinando a correção de eventuais anomalias detetadas.
4. Na execução da presente prestação de serviços o técnico alocado pelo adjudicatário terá toda a autonomia técnica na execução a presente prestação de serviços obrigando-se a respeitar as metodologias, procedimentos e planos implementados na Entidade Adjudicante. A implementação de novas metodologias e procedimentos carece da aprovação da Direção de Gestão de Ativos da AdA.
5. O gestor do contrato será o Coordenador e/ ou o Diretor de Gestão de Ativos da AdA, designado por Deliberação do Conselho de Administração nos termos e para os efeitos do artigo 290º-A do CCP.

## **Artigo 5.**

### **Local da prestação de serviços**

- I. O Adjudicatário obriga-se a prestar os serviços descritos no presente caderno de encargos nas áreas abrangidas pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve, abreviadamente SMAASA, nas localizações geográficas das áreas do Algarve abrangidas pelas Submedidas SM4/SM5/SM6 integradas no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e indicadas no Anexo I do presente Caderno de Encargos, a saber para a execução da presente prestação nos Lotes 1, 2, 3 e 4, nomeadamente:
  - SM4 – Promover a utilização de ApR
  - SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta
  - SM6 – Promover a dessalinização de água do mar

## **Artigo 6.**

### **Horário e Forma da prestação de serviços (comum aos quatro Lotes)**

- I. Os serviços serão prestados por Técnico Licenciado/Bacharel em Engenharia Civil (lotes I a 3) e por Técnico Licenciado/Bacharel em Engenharia Eletrotécnica (Lote D), num período de 40 horas por semana.

2. Os serviços serão prestados nas instalações/infraestruturas e obras da adjudicante, no horário normal entre as 9:00h e as 18:00h, num total de 8 horas diárias e nos locais referidos na cláusula 5 do presente Caderno de Encargos. Estando incluído no contrato uma bolsa global de 20 horas mensais a mais do estipulado no ponto 1, para situações não previstas.

3. Caso haja necessidade de executar a prestação de serviço por um período de horas mensal superior ao que resulta do definido no número anterior será realizada compensação para o mês seguinte na forma acordada entre as partes.

## **Artigo 7.**

### **Prestação de Serviços (comum aos quatro lotes)**

1. O adjudicatário fica obrigado a alocar à presente prestação de serviços um técnico de Gestão de Projetos e de Empreendimentos, e uma viatura, obrigando-se este técnico a proceder ao controlo das fases de conceção, execução e garantia de determinado projeto e investimento, nas componentes de custo, prazo, adequabilidade ao fim a que se destina, qualidade, ambiente e segurança.

2. Na execução contratual, competirá ao Adjudicatário prestar os seguintes serviços:

- Elaboração e acompanhamento de todo o processo de contratação de estudos, projetos, fiscalizações, empreitadas, entre outros, desde a elaboração dos documentos jurídicos até à sua promoção na plataforma eletrónica de contratação, acompanhamento e fecho dos contratos;
- Elaboração e acompanhamento da evolução de estudos, projetos e investimentos indicados pela AdA;
- Acompanhamento de todos os processos associados ao desenvolvimento e construção de empreendimentos/execução de empreitadas que lhe forem indicadas, em todas as suas vertentes e fases construtivas, com respeito pelos requisitos de qualidade exigidos, competindo-lhe designadamente o exercício de funções correspondente a diretor de obra;

3. Os serviços referidos nos números anteriores compreendem, entre outras, as seguintes tarefas:

- Assegurar a gestão dos processos associados à contratação pública e à obtenção de licenciamentos de funcionamento de infraestruturas;
- Preparação da contratação de estudos, projetos, empreitadas, fiscalizações e outras assessorias/serviços;
- Garantir a resposta atempada a solicitações das entidades externas e internas, em termos de informação, assegurando fiabilidade da mesma;
- Propor a aprovação de estudos e/ou projetos de construção, ampliação e reabilitação;

- Verificação e análise dos projetos antes do início da construção e análise e validação de eventuais alterações aos projetos ao longo das respetivas empreitadas;
- Assegurar a implementação dos requisitos legais aplicáveis e dos procedimentos do Sistema de Gestão (qualidade, ambiente, segurança, energia e responsabilidade social) da Águas do Algarve;
- Acompanhamento técnico de estudos e projetos que lhe forem distribuídos, a desenvolver pela Águas do Algarve, no âmbito da sua atividade;
- Acompanhar a construção de novas infraestruturas e a reabilitação das existentes, como lhe for indicado;
- Proceder à elaboração de medições inerentes à construção das obras que lhe forem atribuídas;
- Acompanhar e assegurar a verificação da sua qualidade e conformidade dos trabalhos com o pretendido;
- Colaborar e apoiar no controlo de entidades fiscalizadoras de empreitadas no sentido de se fazer cumprir as suas obrigações durante o desenvolvimento da obra;
- Verificação de eventuais problemas no desenvolvimento e realização das obras que lhe forem atribuídas, com as consequentes incidências em termos de custo e/ou prazos;
- Verificação dos projetos das empreitadas e das metodologias propostas pelos adjudicatários;
- Gestão administrativa das empreitadas, incluindo o controlo e planeamento e execução dos trabalhos; controlo de qualidade e custos; controlo de fornecimento e montagem de equipamentos e controlo do processo de fecho dos contratos;
- Participar nas receções provisórias e definitivas das obras incluindo transição de infraestruturas;
- Participar no processo de vistorias e elaboração dos respetivos autos nos processos de libertação antecipada de garantias bancária, depósitos caução, seguros caução, entre outros;
- Fazer o reporte atempado de informação de monitorização, assegurando a fiabilidade da mesma, nomeadamente quanto aos dados solicitados;
- Dar cumprimento aos procedimentos e normas regulamentares em vigor;
- Conhecer a Política de Gestão e promover o cumprimento dos seus requisitos;
- Promover a melhoria contínua dos Processos e garantir a sua implementação;
- Assegurar a implementação dos requisitos legais aplicáveis e dos procedimentos do Sistema de Gestão (qualidade, ambiente, segurança, energia e responsabilidade social);
- Seguir as melhores práticas estabelecidas e documentadas nos princípios, regras e práticas constantes do Código de Conduta e Ética da Águas de Portugal e subscrito pela Águas do Algarve;
- Assegurar a implementação do Regulamento de Fornecedores e do Código de Conduta para Fornecedores e Subfornecedores;
- Denunciar qualquer situação que possa envolver a Águas do Algarve, os seus fornecedores e subcontratados em trabalho infantil e/ou trabalho forçado, bem como denunciar qualquer



tipo de discriminação com base no género, nível etário, acesso a formação, religião, política, opção sexual ou outra, sobre si próprio ou qualquer colaborador da Águas do Algarve;

- Realizar com zelo, dedicação e espírito de colaboração, todas as tarefas atribuídas e garantir a boa utilização e preservação dos meios que lhe forem disponibilizados para execução da prestação de serviços;
- Assegurar, sempre que necessário, o desempenho de outras funções e atividades, de acordo com orientações da AdA.

4. A mobilização de todos os meios humanos constantes da sua proposta e necessários à Prestação de Serviços são da inteira responsabilidade do Adjudicatário, que se obriga a garantir que o seu colaborador coloque todo o seu conhecimento, zelo, competência e dedicação na realização das tarefas que lhe forem cometidas, de modo a que sejam executados de acordo com as melhores práticas profissionais.

5. Para a prestação de serviços, o adjudicatário obriga-se a disponibilizar viatura, considerando-se incluído no preço contratual da prestação de serviços os encargos a suportar por este e relativos às deslocações que tiver de realizar e que se estimam em 25.000 km/ano.

6. Mais se consideram incluídos na proposta todos os encargos que o adjudicatário tiver com seguros, comunicações (nomeadamente telemóvel), alimentação, viagens, deslocações, estadias, meios informáticos (hardware e software), equipamentos individuais de segurança ou seja, tudo o necessário para executar a presente prestação de serviços nos termos estabelecidos neste Caderno de Encargos.

7. A Águas do Algarve disponibilizará local para apoio da execução da prestação de serviços com uma secretária, cadeira e consumíveis de escritório, numa das suas instalações a acordar com o adjudicatário.

8. O Técnico a afetar à presente prestação de serviços, e por Lote, deverá ser titular de habilitações mínimas ao nível de Licenciatura pós-Bolonha, em Engenharia Civil (Lotes 1 a 3) e Engenharia Eletrotécnica (Lote 4) bem como deverá cumprir com os seguintes requisitos, a saber:

- **Lotes 1, 2 e 3 – Engenharia Civil:**

- Experiência em funções similares (em trabalhos de direção/coordenação de obra de obras públicas, projeto ou fiscalização), num período não inferior a 10 anos para engenheiro ou a 12 anos para engenheiro técnico;
- Conhecimento das infraestruturas de sistema de abastecimento de água e de recolha de águas residuais e equipamentos associados;

- Conhecimentos de legislação relevante para o desempenho da função, nomeadamente em contratação pública (CCP) e demais legislação do setor público;
- Conhecimentos de informática na ótica do utilizador (excel, word, project, autocad);
- Domínio de competências de comunicação e relacionamento interpessoal;
- Carta de Condução;
- Viatura;

- **Lote 4 – Engenharia Eletrotécnica**

- Experiência em funções similares (em trabalhos de Direção/Coordenação de energia em obras públicas, projeto ou fiscalização) num período não inferior a 10 anos para engenheiro ou a 12 anos para engenheiro técnico;
- Conhecimento das infraestruturas energéticas do sistema de abastecimento de água e de recolha de águas residuais e equipamentos associados;
- Conhecimento da Norma 50001;
- Conhecimentos de legislação relevante para o desempenho da função, nomeadamente em contratação pública (CCP) e demais legislação do setor público;
- Conhecimentos de informática na ótica do utilizador (excel, word, project, autocad);
- Domínio de competências de comunicação e relacionamento interpessoal;
- Carta de Condução;
- Viatura;

## **Artigo 8.**

### **Objeto do dever de sigilo**

1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Artigo 9.**

### **Tratamento de dados pessoais**

1. No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.
6. O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita do contraente público, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda,

alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.

11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:

- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
- b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
- c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

12. O adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de compliance do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

## **Artigo 10.**

### **Conservação de dados pessoais**

1. O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.

2. Dependendo da opção do contraente público, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

## **Artigo 11.**

### **Transferência de dados pessoais**

O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

## **Artigo 12.**

### **Preço contratual e Preço base**

1. Pela prestação de serviço como objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a AdA deve pagar ao Adjudicatário os preços constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. Os preços referidos no número um incluem todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AdA, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, seguros, comunicações, meios informáticos, deslocações e estadias, alimentação, viatura, entre outros.

3. Para os efeitos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP, o preço base do presente procedimento, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, é de:

- a) Lote 1 – 57.600,00€ (cinquenta e sete mil e seiscentos euros), por ano, até ao máximo de 172.800,00€ (cento e setenta e dois mil e oitocentos euros) para o prazo máximo de 3 (três) anos.
- b) Lote 2 – 57.600,00€ (cinquenta e sete mil e seiscentos euros), por ano, até ao máximo de 172.800,00€ (cento e setenta e dois mil e oitocentos euros) para o prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) Lote 3 - 57.600,00€ (cinquenta e sete mil e seiscentos euros), por ano, até ao máximo de 172.800,00€ (cento e setenta e dois mil e oitocentos euros) para o prazo máximo de 3 (três) anos
- d) Lote 4 – 57.600,00€ (cinquenta e sete mil e seiscentos euros), por ano, até ao máximo de 172.800,00€ (cento e setenta e dois mil e oitocentos euros) para o prazo máximo de 3 (três) anos

4. O preço apresentado no número 3 tem em consideração todos os custos inerentes à prestação de serviços.

### **Artigo 13.**

#### **Condições de pagamento**

1. O pagamento será efetuado do seguinte modo, por cada lote descrito no artigo 12
  - a) Verificação dos Elementos de Projeto, por cada lote revisto: 30 % (trinta por cento);
  - b) Revisão do Projeto de Execução, por cada lote revisto: 70 % (setenta por cento).
4. A(s) quantia(s) devidas pelo Contraente Público devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Contraente Público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após vencimento da obrigação respetiva.
5. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos correspondentes a cada fase a desenvolver pelo Cocontratante ao abrigo do contrato.
6. A faturação deve ser efetuada de acordo com o disposto no Código do IVA, devendo a fatura mencionar, quando aplicável, todos os números das notas de encomenda e das guias de remessa a que dizem respeito.
7. As faturas são emitidas eletronicamente pelo Cocontratante e deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
8. Caso o Cocontratante não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
  - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> ;
  - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedor.aspx#maintab1> .
  - c) Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIU5](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5).
9. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em [https://www.adp.pt/downloads/file427\\_pt.pdf](https://www.adp.pt/downloads/file427_pt.pdf) .
10. Em caso de discordância por parte do Contraente Público quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos,

ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

11. A falta de pagamento dos valores contestados pelo Contraente Público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, o Contraente Público proceder ao pagamento da importância não contestada.
12. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no artigo 20 as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
13. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

#### **Artigo 14.**

##### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, incluindo o não cumprimento do Regulamento de Fornecedores da AdA, ou a não entrega de documentos exigidos no mesmo âmbito, a AdA pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento das datas e prazos legais, por período superior a 10 dias, será aplicada a sanção de 150€/dia de atraso (cento e cinquenta euros por dia de atraso).
  - b) Pela não comparecimento ao local de trabalho, sem justificação, tem uma penalização diária correspondente ao 1/22 do valor mensal acrescido de 25% (vinte e cinco por cento);
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, a AdA pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% (vinte por cento) do valor global do mensal.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente ao objeto do contrato cujo atraso tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a AdA tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A AdA pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
6. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que a AdA exija uma indemnização pelo dano excedente.

## **Artigo 15.**

### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.



5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Artigo 16.**

##### **Resolução por parte da AdA**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a AdA pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. A AdA poderá rescindir o contrato, sem o pagamento de qualquer indemnização sempre que ocorra o incumprimento por parte do Adjudicatário de algum dos artigos estipuladas no Caderno de Encargos.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela AdA.

#### **Artigo 17.**

##### **Resolução por parte do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário pode resolver o contrato quando:
  - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 20% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à AdA, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o art.º 444.º do CCP.

## **Artigo 18.**

### **Caução**

1. Nos termos do disposto da alínea a) do n.º 2, do artigo 88.º, para a celebração do Contrato não é exigida a prestação de caução, se o valor contratual for inferior a 500.000,00€ (quinhentos mil euros), sendo esta substituída pela retenção de 5% (cinco por cento) dos pagamentos a efetuar.
2. Caso o valor contratual seja superior a 500.000,00€ (quinhentos mil euros), para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações o adjudicatário deve prestar uma caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, no valor de 5 % (cinco por cento) do preço contratual, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado.
3. Quando a adjudicação de dois ou mais lotes que exijam caução ao abrigo do número anterior tenha sido realizada ao mesmo concorrente, resultando a celebração de um único contrato, pode ser prestada apenas uma caução pelo adjudicatário, calculada em função do valor resultante do somatório dos respetivos preços contratuais.
4. A caução é prestada por garantia bancária, seguro-caução, ou por depósito em dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, em conformidade com os modelos constantes no **ANEXO VIII** do presente Programa do Procedimento.
5. O depósito em dinheiro ou em títulos efetuar-se-á em Portugal e em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada pelo Contraente Público, devendo ser especificado o fim a que se destina.
6. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes serão avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos 3 (três) meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação será feita em 90 % (noventa por cento) dessa média.
7. Será dispensada a prestação de caução ao adjudicatário que apresente contrato de seguro adequado pelo preço total do respetivo Contrato, ou que apresente documento de assunção de responsabilidade solidária, pelo preço total do Contrato, emitidos nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

## **Artigo 19.**

### **Seguros**

1. O adjudicatário obriga-se a contratar e manter em vigor os seguintes contratos de seguro

### 1.1. Seguro de Responsabilidade Civil

- a) O adjudicatário subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro com cobertura de responsabilidade civil e que preveja a indemnização, em caso de sinistro, das perdas e/ou danos de carácter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à AdA em particular, em consequência da execução do presente contrato, cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;
- b) Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da Apólice que a entidade adjudicante será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;
- c) O Adjudicatário é obrigado a contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de €100.000,00 (cem mil euros), por sinistro e anuidade/por lote

### 1.2. Seguro de Acidentes de Trabalho

- a) O Adjudicatário fica obrigado a celebrar contrato de seguro de acidentes de trabalho nos termos em que legalmente lhe for exigido, sendo responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei devidos pela presente prestação de serviços, nomeadamente prémios de seguro, contribuições para a segurança social do prestador a alocar à presente prestação de serviços.
- b) O Adjudicatário obriga-se a efetuar apólices de seguro necessárias e legalmente impostas com cobertura de acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor.

### 1.3. Seguro de Responsabilidade Civil Automóvel

- a) O adjudicatário fica obrigado a manter válidos e eficazes os seguros para todos os veículos, a aferir no âmbito do contrato.
- b) O capital a segurar será de € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros), por viatura.

2. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Adjudicatário.

3. A AdA pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no presente artigo, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

#### **Artigo 20.**

##### **Foro competente**

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Artigo 21.**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Artigo 22.**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Artigo 23.**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Artigo 24.**

##### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

## **ANEXOS**

## Localização geográfica esquemática das infraestruturas

**Lotes 1, 2, 3 e 4 – Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) –  
Submedida 4, Submedida 5 e Submedida 6**

**SM4 – Promover a utilização de Água residual tratada para Reutilização (ApR)**

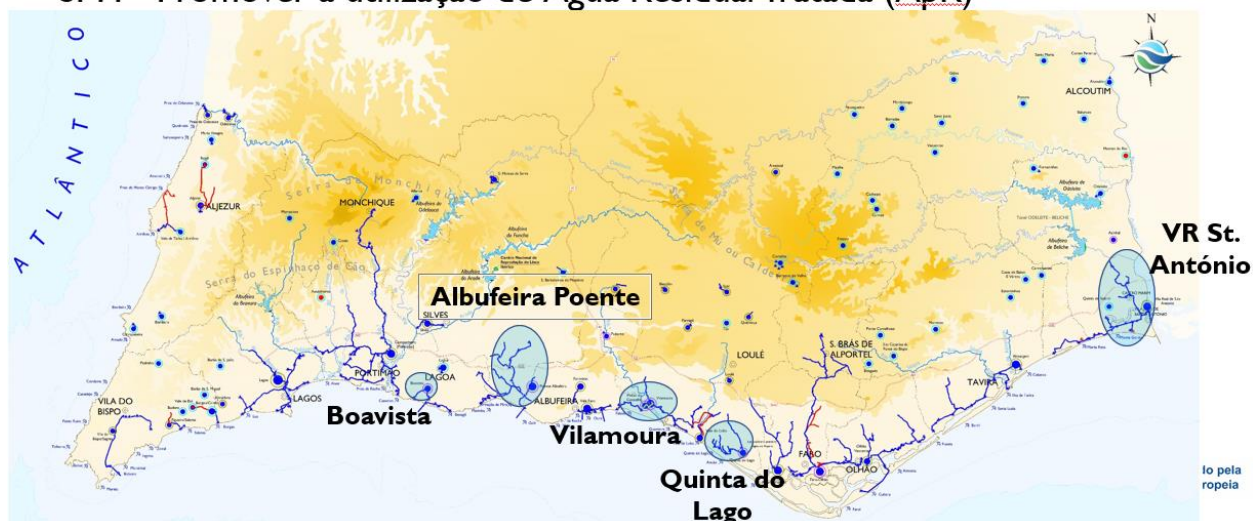
ApR Vilamoura
ApR Boavista
ApR Albufeira Poente
ApR Quinta do Lago
ApR Vila Real de Santo António - 2ª fase
ApR Outros Sistemas

**SM5 - Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta istentes, reforçar com novas origens de água**

Reforço da ligação do sistema de abastecimento em alta do Sotavento/Barlavento Algarvio
Sistema de elevação de água para o túnel de Odeleite-Beliche
Reforço do abastecimento de água ao Algarve. Solução da tomada de água no Pomarão

**SM6 - Promover a dessalinização de água do mar**

- SM4 - Promover a utilização de Água Residual Tratada (ApR)



- SM5 - Aumentar a capacidade disponível e a resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta



- SM6 - Promover a dessalinização de água do mar



**ANEXO II**  
**Código de Conduta para Fornecedores**





# CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES

A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. participa ativamente no desenvolvimento de políticas sustentáveis e pretende atuar junto dos seus fornecedores e subcontratados, integrando-os nas suas preocupações sociais, ambientais e segurança dos trabalhadores, numa perspetiva de garantir o desenvolvimento sustentável da sua atividade.

Ao afirmar-se como uma organização socialmente responsável, fiel aos seus Princípios e Valores, a ÁGUAS DO ALGARVE pretende garantir aos seus clientes internos e externos que os bens e serviços que lhes proporcionam são realizados em condições que respeitam os direitos da pessoa humana e do meio ambiente.

Este Código visa estender os compromissos de conduta em matéria social, laboral e ambiental, refletidos na Política do Sistema de Responsabilidade Empresarial (constante no Anexo I) e na Missão, Visão, Valores e Princípios de Atuação da Águas do Algarve, S.A. (constantes no Anexo II), aos seus fornecedores e subfornecedores.

O fornecedor confirma a receção e leitura do presente **Código de Conduta para Fornecedores**, assumindo o compromisso de o cumprir e fazer cumprir, através da assinatura da **Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores** (DCL I), remetendo esse impresso à ÁGUAS DO ALGARVE, S.A..

## Condições de Trabalho e Sociais

No desenvolvimento das suas atividades o **fornecedor e o subfornecedor devem respeitar**, em qualquer circunstância, os seguintes requisitos:

- Assegurar que as remunerações base dos seus colaboradores satisfazem as necessidades básicas e proporcionam algum valor extra;
- Garantir que as horas extras são devidamente remuneradas e que são realizadas de forma voluntária, excetuando-se situações extraordinárias, não previstas;
- Tratar os seus colaboradores com dignidade e respeito;
- Cumprir com a legislação em vigor referente ao horário de trabalho;
- Assegurar um ambiente de trabalho saudável e seguro;
- Fornecer, para uso de todos os colaboradores, instalações sanitárias limpas e acesso a água potável e, se aplicável, vestiários condignos e instalações higiénicas para armazenamento de alimentos;
- Caso seja facultado alojamento pela empresa, devem ser asseguradas instalações de dormitório limpas, seguras e que atendam às necessidades básicas dos colaboradores;

**e não deverão**, em qualquer circunstância:

- Envolver-se ou apoiar a utilização de trabalho infantil;

- Envolver-se ou apoiar a utilização de trabalho forçado ou compulsório através da retenção de documentos pessoais originais, incluindo castigos corporais, coerção física ou mental, insultos verbais ou gestuais, assédio sexual e ameaças;
- Envolver-se, direta ou indiretamente, no tráfico de seres humanos;
- Praticar ou ser conivente com qualquer tipo de discriminação com base na raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, género, orientação sexual, idade, associação a sindicato, afiliação política ou qualquer outra forma de discriminação;
- Interferir no exercício dos direitos dos colaboradores relativamente à liberdade sindical e ao seu direito à negociação coletiva.

## Gestão Ambiental

Sendo compromisso da ÁGUAS DO ALGARVE a melhoria do meio ambiente onde está inserida e do qual depende, a mesma identificou os principais aspetos ambientais decorrentes da sua atividade, de forma a implementar medidas que promovam a prevenção e minimização dos impactes associados. Assim, pretende-se que o fornecedor também se comprometa a promover uma cultura de respeito para com o meio ambiente, estabelecendo e implementando práticas de gestão dos seus aspetos ambientais, numa perspetiva de melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

No desenvolvimento das suas atividades o fornecedor e o subfornecedor deverão assumir o cumprimento dos seguintes princípios:

- Reduzir os resíduos e as emissões para o ar, solo e água;
- Manusear os produtos químicos de forma ambientalmente adequada;
- Gerir os resíduos de forma ambientalmente correta;
- Optar por equipamentos, sistemas e práticas que potenciem a eficiência energética;
- Promover a reutilização e reciclagem de materiais e produtos;
- Adotar boas práticas que minimizem a emissão de ruído;

e **não deverão**, em qualquer circunstância:

- Poluir deliberadamente o ar, solo e água;
- Eliminar resíduos de forma ilegal (queimar, enterrar, abandonar,...);
- Desperdiçar recursos naturais (água, energia, floresta,...).

## Acesso para Verificação

Considerando o propósito subjacente ao presente documento, que privilegia o estabelecimento de parcerias sustentáveis e duradouras entre as partes, o fornecedor deve permitir a visita de representantes da ÁGUAS DO ALGARVE às suas instalações, no sentido de validar que as práticas desenvolvidas respeitam os requisitos deste Código de Conduta.

Verificada alguma não conformidade, o fornecedor fica obrigado a comunicar um plano de ações corretivas, reservando-se a ÁGUAS DO ALGARVE no direito de suspender a relação contratual, caso este não seja eficazmente implementado.

## Anexo I



A Águas do Algarve, consciente das suas responsabilidades na conceção, construção, exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve, está empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, com elevado nível de segurança alimentar, bem como o tratamento de águas residuais, aos clientes da sua área de concessão, contribuindo para a prossecução de políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do ambiente.

Num quadro de respeito integral das suas obrigações de conformidade e das normas aplicáveis, de um modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde dos(as) trabalhadores(as), a Águas do Algarve assume os seguintes compromissos:

- Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, trabalhadores(as), restantes partes interessadas e comunidade, de acordo com o contexto do negócio, os requisitos das partes interessadas e os riscos e oportunidades identificados;
- Promover a melhoria do desempenho ambiental, proteger o ambiente de forma a prevenir ou mitigar os impactos ambientais, potenciando a prevenção da poluição, a minimização das emissões para o meio ambiente e a utilização eficiente dos recursos, privilegiando a aquisição de bens e serviços que potenciem o uso e consumo racionais da energia de modo a maximizar a eficiência energética;
- Promover a melhoria do desempenho em Saúde e Segurança e assegurar a eliminar perigos e reduzir os riscos para a saúde e a segurança dos(as) trabalhadores (as) da Águas do Algarve e dos que trabalham em seu nome, proporcionando condições de trabalho seguras e saudáveis para a prevenção de lesões e afeções da saúde relacionadas com o trabalho;
- Promover a melhoria do desempenho energético, apoiando as atividades de conceção que considerem a melhoria do desempenho energético, a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes que afetem o desempenho energético e assegurando a disponibilidade de informação e os recursos necessários para alcançar os objetivos e as metas para a energia;
- Avaliar e controlar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas eficazes de prevenção, controlo e monitorização;
- Motivar os trabalhadores(as), fomentando o seu envolvimento, responsabilidade individual e criatividade, através da adequação e atualização de competências, consciencialização, sensibilização e formação, salvaguardando o princípio de igualdade de género e o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, garantindo a conformidade e melhoria das condições laborais e sociais e através da consulta e participação dos trabalhadores, e quando existam, dos representantes dos trabalhadores.

A Águas do Algarve compromete-se ainda a implementar e promover a melhoria contínua do Sistema de Responsabilidade Empresarial, disponibilizando a informação, os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para garantir a eficácia e eficiência dos seus processos, a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere e para a criação de valor.

Faro, 11 de dezembro de 2020

A Comissão Executiva

Isabel Soares

Joaquim Peres

António Eusébio



## Anexo II

### *Missão, Visão, Valores e Princípios de Atuação da Águas do Algarve, S.A.*

#### *Missão*

A Águas do Algarve, tem como Missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar com os recursos técnicos e humanos, apenas estritamente necessários, ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

#### *Visão*

Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

#### *Valores*

Os Valores Éticos da Águas do Algarve, S.A são:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

### *Princípios de Atuação*

Águas do Algarve rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos(as) trabalhadores(as)
- Respeito pela igualdade do género
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.